

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Termo de Referência 185/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
185/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	LIDIANE PIGATTO CELUPPI	13/11/2025 09:52 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	170/2025	23205.31693/2025-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **recargas de gases especiais, medicinais e industriais**, para atendimento das aulas práticas, atendimentos didáticos laboratoriais e projetos de pesquisa nos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LISTA DOS MATERIAIS					
Item	Especificação do Material	Unid.	Quant.	Valor	Total
1	3004003000012	QUILOGRAMA	25	R\$ 40,15	1.003,75
	CERRO LARGO/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), CILINDRO DE 25 KG				
	Gás incolor, inodoro, liquefeito a altas pressões e ligeiramente ácido. Conhecido também como anidrido carbônico ou gás carbônico. Acondicionado na forma liquefeita, pressão de vapor de 58,3 kgf/cm2 a 21 °C. Limite de tolerância do produto de 3900 ppm, pureza de 99,0%.OBS: 25 Kg corresponde a carga de 1 cilindro de CO2.				
	CATMAT/CATSER:367675				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		25	R\$ 1.003,75	
2	3004003000010	QUILOGRAMA	9	R\$ 200,00	1.800,00
	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8				
	Carga de gás especial acetileno (C2H2) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.8, equivalente a 99,8% puro, grau AA. Informações adicionais: N° CAS: 74-86-2, N° ONU: 1001. Para cilindro com capacidade mínima de 7 e máxima 9 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química.				

	CATMAT/CATSER:456087			
	Quant. Int.			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	9	R\$ 1.800,00	
3	3004003100041	METRO CUBICO	20	R\$ 130,00 2.600,00
	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ARGÔNIO 5.0			
	Carga de gás especial Argônio (Ar). Grau mínimo de pureza 99,99 %. Informações adicionais: N° CAS: 7440-37-1, N° ONU: 1006. Carga 10 m3.  CATMAT/CATSER:415106			
	Quant. Int.			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	20	R\$ 2.600,00	
4	3004003000009	QUILOGRAMA	7	R\$ 130,00 910,00
	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5			
	Carga de gás especial óxido nitroso (N2O) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.5, equivalente a 99,5% puro, grau AA, Informações adicionais: N° CAS: 10024-97-2 , N° ONU: 1070. Para cilindro com capacidade mínima de 4 e máxima de 17 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química.  CATMAT/CATSER:422898			
	Quant. Int.			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	7	R\$ 910,00	
5	3004003000003	METRO CUBICO	16	R\$ 50,00 800,00
	CERRO LARGO/RS - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)			
	Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico.  CATMAT/CATSER:429464			
	Quant. Int.			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	16	R\$ 800,00	
6	3004003100005	QUILOGRAMA	8	R\$ 200,00 1.600,00
	CHAPECÓ/SC -CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8			
	CARGA DE GÁS ESPECIAL ACETILENO (C2H2) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.8, EQUIVALENTE A 99,8% PURO, GRAU AA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 74-86-2, N° ONU: 1001. PARA CILINDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 E MÁXIMA 9 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA.  CATMAT/CATSER:456087			
	Quant. Int.			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	8	R\$ 1.600,00	
7	3004003100014	QUILOGRAMA	30	R\$ 40,15 1.204,50

	<b>ERECHIM/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), 2KG ENTREGA EM ERECHIM-RS</b>				
	GÁS INCOLOR, INODORO, LIQUEFEITO A ALTAS PRESSÕES E LIGEIRAMENTE ÁCIDO. PRESSÃO DE VAPOR DE 58,3 KGF/CM2 A 21 °C. LIMITE DE TOLERÂNCIA DO PRODUTO DE 3900 PPM, PUREZA DE 99,0%. 2 KG CORRESPONDE À RECARGA DE 1 CILINDRO DE CO2. LOCAL DE ENTREGA: CAMPUS ERECHIM-RS  CATMAT/CATSER:367675				
	<b>Quant. Int.</b>				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	30	R\$ 1.204,50		
8	3004003100004	QUILOGRAMA	16	R\$ 200,00	3.200,00
	<b>ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8</b>				
	CARGA DE GÁS ESPECIAL ACETILENO (C2H2) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.8, EQUIVALENTE A 99,8% PURO, GRAU AA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 74-86-2, N° ONU: 1001. PARA CILINDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 E MÁXIMA 9 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA.  CATMAT/CATSER:456087				
	<b>Quant. Int.</b>				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	16	R\$ 3.200,00		
9	3004003000014	METRO CUBICO	20	R\$ 95,00	1.900,00
	<b>ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: AR SINTÉTICO 5.0</b>				
	Ar Sintético 5.0. Alta pressão, Aço T, Ar sintético 5.0 ou superior tendo índice de hidrocarbonetos menor que 0,1 ppm, CO e CO2 menor que 2 ppm e pureza maior que 99,99%. N° ONU: 1002. Para cilindro com capacidade mínima de 9,6 m3 e 20C0 kgf/cm2.  CATMAT/CATSER:377322				
	<b>Quant. Int.</b>				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	20	R\$ 1.900,00		
10	3004003100007	QUILOGRAMA	14	R\$ 130,00	1.820,00
	<b>ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5</b>				
	CARGA DE GÁS ESPECIAL ÓXIDO NITROSO (N2O) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.5, EQUIVALENTE A 99,5% PURO, GRAU AA, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 10024-97-2 , N° ONU: 1070. PARA CILINDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 E MÁXIMA DE 17 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA.  CATMAT/CATSER:422898				
	<b>Quant. Int.</b>				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	14	R\$ 1.820,00		
11	3004003000017	METRO CUBICO	10	R\$ 108,26	1.082,60
	<b>ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS NITROGÊNIO 5.0</b>				
	Carga de Gás Nitrogênio 5.0 Analítico pureza mínima: 99,999%, fórmula química N2, massa molecular 28,96 g/mol, número de referência química CAS 7727-37-9; para cilindro tipo T, para ser acoplado em linha de gases, com no mínimo 7,0 e no máximo 10,0 m3 de volume. Fornecer FISPQ e laudo de análise química.				

	CATMAT/CATSER:366180			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	10	R\$ 1.082,60	
12	3004003100003	QUILOGRAMA	9	R\$ 216,70
	<b>LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8</b>			
	CARGA DE GÁS ESPECIAL ACETILENO (C2H2) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.8, EQUIVALENTE A 99,8% PURO, GRAU AA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Nº CAS: 74-86-2, Nº ONU: 1001. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA. UMA CARGA CORRESPONDE A 9KG.  CATMAT/CATSER:456087			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	9	R\$ 1.950,30	
13	3004003100008	METRO CUBICO	9	R\$ 950,00
	<b>LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: HÉLIO 5.0</b>			
	CARGA DE GÁS ESPECIAL HÉLIO (HE) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM CROMATÓGRAFO GASOSO ACOPLADO A DETECTOR DE MASSAS (GC-MS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 5.0, EQUIVALENTE A 99,999% PURO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Nº CAS: 7440-59-7 , Nº ONU: 1046. PARA CILINDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 E MÁXIMA DE 10 M³. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA.  CATMAT/CATSER:374983			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	9	R\$ 8.550,00	
14	3004003100006	QUILOGRAMA	14	R\$ 130,00
	<b>LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5</b>			
	CARGA DE GÁS ESPECIAL ÓXIDO NITROSO (N2O) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.5, EQUIVALENTE A 99,5% PURO, GRAU AA, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Nº CAS: 10024-97-2 , Nº ONU: 1070. PARA CILINDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 E MÁXIMA DE 17 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA.  CATMAT/CATSER:422898			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	14	R\$ 1.820,00	
15	3004003000015	METRO CUBICO	20	R\$ 66,00
	<b>LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE NITROGÊNIO GASOSO INDUSTRIAL (N2) - CAPACIDADE DE 10 M³</b>			
	CARGA DE NITROGÊNIO GASOSO INDUSTRIAL (N2) - CAPACIDADE DE 10 M³. GÁS NÃO INFLAMÁVEL, NÃO TÓXICO, GÁS A ALTA PRESSÃO, INCOLOR, INODORO E INSÍPIDO. ACONDICIONADO EM CILINDROS SOB PRESSÃO, VARIANDO DE 150 A 200 BAR A TEMPERATURA AMBIENTE, PUREZA MÍNIMA DE 99%, CAS 7727-37-9.  CATMAT/CATSER:440145			

	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	20	R\$ 1.320,00	
16	3004003100012	METRO CUBICO	63	R\$ 50,00 3.150,00
	<b>LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)</b>			
	Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico. Para Cilindro de 40 L = carga de 7 m3  CATMAT/CATSER:429464			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	63	R\$ 3.150,00	
17	3004003100040	METRO CUBICO	10	R\$ 50,00 500,00
	<b>PASSO FUNDO/RS - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)</b>			
	Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico. Cilindro de 50 L = carga de 10 m3  CATMAT/CATSER:429464			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	10	R\$ 500,00	
18	3004003100002	METRO CUBICO	20	R\$ 56,60 1.132,00
	<b>REALEZA/PR - CARGA DE NITROGÊNIO MEDICINAL</b>			
	CARGA DE NITROGÊNIO MEDICINAL, GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, FORNECIDO EM M³, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7727-37-9.  CATMAT/CATSER:366177			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	20	R\$ 1.132,00	
19	3004003100011	METRO CUBICO	350	R\$ 37,24 13.034,00
	<b>REALEZA/PR - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)</b>			
	Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico. Cilindro de 50 L = carga de 10 m3  CATMAT/CATSER:429464			
	<b>Quant. Int.</b>			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	350	R\$ 13.034,00	
20	3004003000006	QUILOGRAMA	75	R\$ 46,10 3.457,50

	REALEZA/PR - DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), USO MEDICINAL, 25KG		
	Gás incolor, inodoro, acondicionado na forma liquefeita, pressão de vapor de 58,3 kgf/cm² a 21°C. Limite de tolerância do produto de 3900 ppm, pureza de 99,5%V/V. Característica adicional: Uso Medicinal. CAS 124-38-9. Obs.: 25 kg corresponde a carga de 1 cilindro de CO2		
	CATMAT/CATSER:366166		
	Quant. Int.		
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	75	R\$ 3.457,50
			Valor Total do Processo: R\$ 52.834,65

- 1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no Portal de Compras e as especificações constantes no Termo de Referência, deverão ser consideradas as especificações do Termo de Referência.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que tratam-se de demanda gerada pelo consumo de gases especiais, medicinais e industriais na execução de práticas laboratoriais obrigatórias e /ou em experimentos científicos em pesquisa e extensão e atendimentos no hospital veterinário. Para esta aquisição estão sendo previstos quantitativos necessários para atendimento da demanda anual do referido segmento, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as características /complexidade da contratação, bem como, pela necessidade anual de compra.
- 1.4.2. Os gases especiais são imprescindíveis para o funcionamento de equipamentos da Central de Análises dos Campi, especificamente para manter o funcionamento do Cromatógrafo Gasoso e o Espectrômetro de Absorção Atômica entre outros equipamentos de pesquisa, que atendem a atividade fim da instituição. Os gases medicinais são utilizados pelos cursos da área de saúde humana e animal. As recargas com dióxido de carbono são essenciais para desenvolver com excelência o preparo e a condução de parcelas de aulas práticas dos diversos componentes curriculares do curso de agronomia, assim como a sedação de roedores utilizados em experimentação de pesquisa para os mais diversos fins.
- 1.5. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos materiais.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 16/01/2025;
- III) Identificador da Futura Contratação: Projeto de compra nº 170/2025 - Aquisição de recargas de gases especiais, medicinais, industriais
- IV) Classe/Grupo: 6810 - Gás comprimido

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, recomendamos que a Contratada, observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021:

- a) Utilizar preferencialmente materiais, produtos ou serviços que apresentem menor impacto ambiental;
- b) Adotar medidas de redução de uso de recursos naturais (água e energia elétrica) e redução da poluição ambiental, sempre que possível;
- c) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de destinação ambiental adequada dos resíduos decorrentes da fabricação de produtos ou execução dos serviços;
- d) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e da poluição;
- e) A contratada deve apresentar, quando solicitado (verificar quadro de descritivo dos itens), a **Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ)** dos gases fornecidos;
- f) Os gases ofertados não podem conter substâncias controladas com alto potencial de degradação ambiental, salvo se devidamente autorizados e em conformidade com tratados internacionais (ex: Protocolo de Montreal).

4.2. Os critérios de sustentabilidade elencados não exaurem o rol de possibilidades de medidas e cuidados, que podem ser realizados para proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

#### Da exigência de amostra

4.4. Não será solicitada amostra

#### Da qualificação da empresa

4.5. A contratada deverá seguir a legislação para comercialização dos produtos licitados. Os produtos deverão atender às especificações técnicas constantes no Termo de Referência. Os produtos devem obedecer aos padrões de qualidade, normas de fabricação e devidos cadastros/registros conforme consta nas especificações técnicas de cada item. O transporte do cilindro com carga deverá ser realizado por veículo devidamente sinalizado e equipado conforme normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), bem como o condutor possuir curso do MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos).

#### Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos** contados da data de ciência por parte do fornecedor da Ordem de Fornecimento.

5.2. Para os itens 3, 5, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20 que serão entregues em mais que uma parcela, as entregas serão solicitadas por ordem de fornecimento dentro do prazo de 12 meses após a assinatura do contrato.

5.3. Para o item 7, Recarga de Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) – 2kg, por tratar-se de um item que torna inviável ao fornecedor ofertar a recarga no Campus devido o seu baixo custo, a UFFS concorda em levar e buscar o cilindro para recarga até o local especificado pelo fornecedor da melhor proposta, desde que o serviço de recarga seja ofertado em um raio máximo de 80km do Campus de entrega.

5.4. Caso não seja possível a entrega nos prazos determinados, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência do prazo final para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços, conforme **Anexo III - Quadro de distribuição de materiais, deste Termo de Referência:**

- **Campus Cerro Largo/RS:** Av. Jacob Reinaldo Haupenthal, nº 1580, Bloco de Laboratórios 02, Sala 115 (Coordenação Adj. de Laboratórios), CEP 97.900-000, Cerro Largo /RS. Caso necessário, contatar o servidor Gustavo Steinmetz (55) 3359-3989 ou (55) 3359-3961, e-mail laboratorios.cl@uffs.edu.br.
- **Campus Chapecó/SC:** Rodovia SC 484 – Km 02, S/N, Bairro Fronteira Sul, Bloco de Laboratórios 02, Sala 105 (Coordenação Adj. de Laboratórios), CEP 89.801-001, Chapecó/SC. Caso necessário, contatar os servidores Eliane Imlau, Gustavo Bloemer ou Luiz Gustavo Ecco pelos telefones (49) 2049-6455 ou (49) 2049-6425, e-mail laboratorios.ch@uffs.edu.br.
- **Campus Erechim/RS:** Rodovia ERS 135 – Km 72, nº 200, Bloco de Laboratórios 02, Sala 2.105 (Almoxarifado de Laboratórios), CEP 99.700-970, Erechim/RS. Caso necessário, contatar os servidores Guilherme Romero (laboratorios.er@uffs.edu.br) e Mauricio da Trindade Viegas (areaexp.er@uffs.edu.br).
- **Campus Laranjeiras do Sul/PR:** Rodovia BR 158 – Km 405, S/N, Bloco do Almoxarifado/Patrimônio (próximo ao Restaurante Universitário), CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul/PR. Em caso de necessidade contatar a Edmilson J. Kleinert (laboratorios.ls@uffs.edu.br) ou Renato Paulo Glowka (areaexp.ls@uffs.edu.br).
- **Campus Passo Fundo/RS:** Rod. Rua Capitão Araújo, 20, Centro, , CEP 99010-200, Passo Fundo – RS. Fone: (54) 3335-8544. Em caso de necessidade contatar o servidor Edson Comin (edson.comin@uffs.edu.br).
- **Campus Realeza/PR:** Rua Edmundo Gaievski, S/N, próximo ao Bairro Nova Primavera, acesso pela Rodovia. PR 182, Km 466), CEP 85.770-000, Realeza-PR. Fone: (46) 3543-8347. Em caso de necessidade, contatar os servidores: Jonatas Cattellam (areaexp.re@uffs.edu.br) ou Cleberson Israel (admhvu.re@uffs.edu.br).

5.5.1. A entrega dos bens deverá ser realizada em horários posteriormente definido e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS

### Garantia, manutenção e assistência técnica



5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação. 7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação. 7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (*quarenta e cinco*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 6 (seis) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/09/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*

9.1.1. O Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, modelo de declarações complementares - Anexo do Edital.

9.2. Para atender aos critérios de sustentabilidade, nos termos dos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição, outubro/2024, o Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, os documentos de certificação ambiental exigidos nos Requisitos da contratação.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será continuado.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Aos revendedores e/ou distribuidores de Gases Especiais e Medicinais, ato de autorização de funcionamento - AFE ou autorização especial AE para o exercício da atividade de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, nos termos da Lei n . 6437/1977.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. Foram suprimidas as exigências de documentação relativa à qualificação econômico-financeira da licitante levando em consideração a complexidade, essencialidade do objeto e os riscos decorrentes de sua inexecução. Ademais, tal supressão levou em conta que não houve apontamento desta exigência pelos requisitantes das demandas, bem como a natureza e vulto dos itens pretendidos não prescindirem necessariamente comprovação de tal aptidão.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 52.834,65 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais com sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Unidade Orçamentária/Gestão: 26440 - UFFS

Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0040

Ação Governo: 20RK

Indicador de Ação Governo<sup>1</sup>: Atividade

Plano de Ação PEO2025: CLS004, CLS005; CCH004, CER004, CPF12; CER005, CCL36, CRE002

Unidade Gestora Emitente: 158517

Esfera: 1

Programa de Trabalho Resumido: 231864

Fonte de Recursos: 1000000000

Natureza da Despesa: 339030

Plano Interno: MH004N0100N, MQ036N0100N, ME004N0100N, MD004N0100N, MD005N0100N, MK012N0100N, MA002N0100N

Crédito Orçamento LOA 2025(R\$): R\$ 52.834,65

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas
- 12.2. Compõe o presente Termo de Referencia os seguintes anexos:

- ANEXO I - REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO
- ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
- ANEXO III - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS
- ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO
- ANEXO V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- ANEXO VI - MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Chapecó, 13 de novembro de 2025.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Considerando a existência de obrigações futuras, para esta contratação será adotado o Termo de Contrato que estabelecerá as cláusulas, condições, direitos e obrigações das partes contratantes.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIDIANE PIGATTO CELUPPI  
Equipe de apoio

**EVERTOM LICOVISKI**

Equipe de apoio

**EDSON COMIN**

Equipe de apoio

**GUILHERMO ROMERO**

Equipe de apoio

**GUSTAVO BLOEMER**

Equipe de apoio

**GUSTAVO STEINMETZ**

Equipe de apoio

**LUCIANA PEREIRA MACHADO**

Equipe de apoio

**CLEBER HOLDERBAUM DA CRUZ**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
[www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

**Processo Administrativo nº. 23205.031693/2025-48**

**Pregão Tradicional nº. 90039/2025**

**Objeto:** Republicação dos itens frustrados no Pregão Eletrônico nº 90017/2025 - aquisição de recargas de gases especiais, medicinais e industriais, destinadas ao atendimento das aulas práticas, atendimentos didáticos laboratoriais e projetos de pesquisa nos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Fundamento legal: Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XLI.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS						
Item	Campus Cerro Largo/RS	Campus Chapecó/SC	Campus Erechim/RS	Campus Laranjeiras do Sul/PR	Campus Passo Fundo/RS	Campus Realeza/PR
1	25					
2	9					
3	20					
4	7					
5	16					
6		8				
7			30			
8			16			
9			20			
10			14			
11			10			
12				9		
13				9		
14				14		
15				20		
16				63		
17					10	
18						20
19						350
20						75

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS E CNPJ's		
Campus	CNPJ	Endereço
Campus Cerro Largo/RS	11.234.780/0003-12	Rua Major Antônio Cardoso, nº 590, Centro, Cerro Largo/RS, CEP: 97.900-000
Campus Chapecó/SC	11.234.780/0001-50	Rodovia SC 484 - Km 2, Bairro Fronteira Sul, Chapecó/SC, CEP: 89.815-899.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
[www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

Campus Erechim/RS	11.234.780/0002-31	Rodovia ERS 135, Km 72, nº 200. Erechim/RS, CEP: 99.700-970
Campus Laranjeiras do Sul/PR	11.234.780/0004-01	BR 158, Km 405, zona rural. Laranjeiras do Sul/PR, CEP: 85.301-970
Campus Passo Fundo/RS	11.234.780/0006-65	Rua Capitão Araújo, nº 20, Centro, Passo Fundo/RS, CEP: 99.010-200
Campus Realeza/PR	11.234.780/0005-84	Rodovia PR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, nº. 1000, Realeza/PR, CEP: 85.770-000

**Observação:**

A entrega dos bens deverá ser realizada em horários posteriormente definido e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.



## MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:	Serviço/material:
Contrato nº:	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço/Material	Unidade de Medi- da	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO	

LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO	
Endereço:	
Data de início:	Data de término:

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta <b>Ordem de serviço/Fornecimento</b> serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
_____ Responsável pela solicitação	_____ Responsável pela avaliação

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**Estudo Técnico Preliminar 113/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23205.031693/2025-48

**2. Descrição da necessidade**

**2.1. Descrição da necessidade administrativa:** O presente documento trata-se de estudos técnicos preliminares referente à republicação dos itens frustrados no Pregão Eletrônico nº 90017/2025 - Aquisição de recargas de gases especiais, medicinais, industriais, para atendimento das aulas práticas, atendimentos didáticos laboratoriais e projetos de pesquisa nos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul.

O ensino, pesquisa e extensão proporcionados pela UFFS envolvem atividades práticas em laboratórios, áreas experimentais e hospital veterinário. As necessidades dos gases apontados foram levantadas pelas Coordenações de campi, Coordenações Adjuntas de Laboratórios, Coordenações Adjuntas de Áreas Experimentais e Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária Universitária. Os gases especiais são imprescindíveis para o funcionamento de equipamentos da Central de Análises dos Campi, especificamente para manter o funcionamento do Cromatógrafo Gasoso e o Espectrômetro de Absorção Atômica entre outros equipamentos. Os gases medicinais são utilizados pelos cursos de área de saúde humana e animal. As recargas com gás CO<sub>2</sub> são essenciais para desenvolver com excelência o preparo e a condução de parcelas de aulas práticas dos diversos CCRs do curso de agronomia, assim como a sedação de roedores utilizados em experimentação de pesquisa para os mais diversos fins.

As demandas que compõe este processo destinam-se a atender os seguintes setores solicitantes, de seis campi da UFFS:

CLAB-CL: Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Cerro Largo;

CLAB-CH: Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Chapecó;

CLAB-ER: Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Erechim;

CLAB-LS: Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Laranjeiras do Sul;

CLAB-PF: Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Passo Fundo;

SUHVU: Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária Universitária Campus Realeza.

**2.2. Origem da demanda:** A demanda é gerada pelo consumo de gases na execução de práticas laboratoriais obrigatórias e /ou em experimentos científicos em pesquisa e extensão, atendimentos no hospital veterinário e nas áreas experimentais da UFFS. Para presente aquisição estão sendo previstos quantitativos necessários para atendimento da demanda anual do referido segmento. Baseado em insucessos de processos licitatórios anteriores e considerando valor anual previsto para o atendimento da demanda a compra por Pregão Tradicional configura-se na alternativa mais eficaz, ao considerar-se como já citado o histórico de licitações fracassadas, bem como, a celeridade de aquisição.

**2.3. Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda:** A falta dos referidos gases, bem como, dos cilindros onde são acondicionados, compromete a atividade fim da instituição para com os cursos que preveem técnicas laboratoriais, bem como, impossibilita a execução de diversos projetos de pesquisa e atendimentos essenciais no Hospital Veterinário.

**2.4. Referência legal dos normativos específicos que disciplinam o objeto a ser contratado, de acordo com a sua natureza:**  
NÃO SE APLICA



**2.5. Análise da contratação anterior, se houver, para identificar as inconsistências ocorridas nas fases do planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato, com a finalidade de prevenir tais ocorrências na contratação:**

A contratação anterior foi o processo de compra nº 23205.016199/2025-53, que deu origem ao PE 90017/2025. Os itens desse ETP são itens frustrados do Pregão 90017/2025.

A demanda possui itens de fornecimento restrito e portanto, no momento do certame, alguns itens não apresentaram propostas, resultando em itens desertos. Foram encontrados problemas na orçamentação dos itens, inclusive na definição do valor estimado que seria adequado lançar nesse processo de compra, tendo sido consultada a Superintendência de Compra e Licitações desse órgão para auxiliar na tomada de decisão acerca da discrepância entre os valores das propostas comerciais.

A dificuldade na participação de fornecedores em nossos processos de gases especiais não é atual. Infelizmente, o mercado de gases especiais é restrito. O fornecedor Air Liquide tem sido o principal fornecedor participante de nossos processos de aquisição de gases há alguns anos (Pregões 06/2018, 28/2019, 09/2020, 08/2021, 11/2022 e 08/2023). Alguns motivos levantados junto aos fornecedores que podem ter gerado o desinteresse na participação no certame: aumento dos custos de determinados gases especiais, o quantitativo anual não ser interessante, a localização da distribuidora não favorece a logística de entrega para determinadas regiões, a variedade de gases solicitada é ampla, os locais de entrega multicampi (6 locais em 3 estados do Brasil), e principalmente o mercado restrito para esse tipo de material.

Como setor responsável pelo processamento dessa demanda, já tentamos diferentes estratégias: catalogamos os gases por campi, já realizamos o processamento por SRP, pregão tradicional, dispensa de licitação, tentamos fazer levantamento de possíveis fornecedores em processos licitatórios de outros órgãos federais próximos às regiões de nossos campi, e mesmo assim os resultados continuam infrutíferos. Diante disso, permanecemos sem alternativas viáveis para viabilizar a aquisição regular destes gases.

Porém, assim como já é prática na DMLAB, devemos continuar e aprimorar a fase de prospecção e potencialização dos fornecedores. Assim como acontece para outros segmentos de produtos consumíveis, temos enfrentado o desinteresse dos fornecedores em participar de licitações, principalmente no que tange ao baixo quantitativo a ser fornecido, entrega em locais diversos (característica multicampi da UFFS), pagamento posterior à entrega e instabilidade econômica.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Cerro Largo	Gustavo Steinmetz
Coordenação Adjunta de Laboratório Campus Chapecó	Gustavo Bloemer
Coordenação Adjunta de Laboratório Campus Erechim	Guilherme Romero
Coordenação Adjunta de Laboratório Campus Laranjeiras do Sul	Evertom Licoviski
Superintendente da Unidade Hospitalar Veterinária Universitária (SUHVVU)	Luciana Pereira Machado
Coordenação Adjunta de Laboratório Campus Passo Fundo	Edson Comin
Coordenação Adjunta de Áreas Experimentais Campus Laranjeiras do Sul	Marcos Weingartner
Coordenação Adjunta de Áreas Experimentais Campus Erechim	Mauricio da Trindade Viegas

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Para fins do Art.6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021, os objetos desta contratação são considerados bens comuns. Tendo em vista, que essas recargas de gases serão necessários continuamente para atendimento aos laboratórios e centrais analíticas existentes em cada campus, o consumo é classificado como de natureza contínua, será necessário a realização de termo de contrato com vigência de 12 meses com possibilidade de renovação de contrato conforme preconiza o artigo 107 da lei 14.133/2021.

**4.1. Do princípio de padronização:**

A UFFS ainda não dispõe de procedimentos consolidados para a padronização na aquisição de materiais laboratoriais. Na busca pela padronização, a Unidade Requisitante consultou o Catálogo Eletrônico da Padronização disponível no link [hps://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao](https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao), não tendo identificado, contudo, artefatos de planejamento previamente

padronizados para os itens pretendidos. De toda forma, o planejamento desta contratação segue uma estruturação comum, baseada na legislação vigente, adotando parâmetros usuais que conferem uniformidade às aquisições realizadas por meio de ordem de serviço, em conformidade com as regras editalícias e as práticas de mercado do segmento de gases especiais, medicinais e industriais, utilizados nas centrais analíticas, SUHVU e demais setores demandantes.

#### **4.2. Do prazo de entrega/execução:**

O objeto deverá ser entregue no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da data de ciência por parte do fornecedor da emissão da Ordem de Fornecimento. O fornecedor também deverá estar ciente que a entrega dos itens poderá ocorrer em cidades distintas. Os materiais deverão ser entregues acondicionados adequadamente de acordo com as instruções do fabricante e acompanhados das notas fiscais correspondentes.

Os cilindros com carga deverão ser entregues nos endereços indicados de cada campus e a Contratada deverá proceder a movimentação e instalação na Central de Gases do respectivo campus, estando a Contratante desobrigada desta função. O carrinho de transporte do cilindro deverá ser providenciado pelo fornecedor bem como os EPI's necessários ao funcionário responsável pela movimentação e instalação do cilindro.

A entrega das recargas de gases será parcelada, tendo em vista, a limitação do quantitativo de cilindros nos campi. O acordo de parcelamento de entrega deverá ocorrer entre SUHVU, coordenador dos laboratórios e/ou áreas experimentais diretamente com o fornecedor vencedor.

Neste processo pode-se observar a repetição de itens. Esta replicação se faz necessário para o atendimento dos diferentes Campi com a possibilidade de contemplar fornecedores locais, sem, no entanto, inibir demais fornecedores. Ademais, a localização de alguns Campi, pode influenciar no custo final dos produtos, especialmente considerando os custos de transportes. Os campi encontram-se geograficamente em regiões comerciais distintas dos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. E, através de acordos comerciais, os representantes locais dos fabricantes de gases especiais não podem comercializar em regiões diferentes daquelas estipuladas nos contratos com a matriz, o que inviabiliza financeiramente o custo do transporte dos cilindros a longas distâncias.

##### **4.2.1 Do local de entrega:**

O objeto deverá ser entregue nos seguintes endereços:

Endereço 1 (Cerro Largo/RS): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, Av. Jacó Reinaldo Haupenthal, 1580, CEP: 97900-000. Cerro Largo – RS. Fone: (55) 3359-3950. Em caso de necessidade contatar o servidor Gustavo Steinmetz (laboratorios.cl@uffs.edu.br).

Endereço 2 (Chapecó/SC): Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó, Rodovia SC 484Km 02, Fronteira Sul CEP: 89.815-889. Chapecó/SC. Fone: (49) 2049-6555. Em caso de necessidade, contatar os servidores Gustavo Bloemer ou Luiz Gustavo Ecco (laboratorios.ch@uffs.edu.br).

Endereço 3 (Erechim/RS): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, Rodovia ERS 135, km 72, nº 200 Erechim – RS CEP 99700-970, Caixa Postal 764. Fone: (45) 33217050. Em caso de necessidade contatar os servidores Guillermo Romero (laboratorios.er@uffs.edu.br).

Endereço 4 (Laranjeiras do Sul/PR): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul, BR 158, Km 405, CEP. 85.319-899, Caixa Postal nº106, Laranjeiras do Sul – Paraná. Fone: (42) 3635-0000. Em caso de necessidade contatar os servidores Edmilson J. Kleinert (laboratorios.ls@uffs.edu.br) ou Renato Paulo Glowka (areaexp.ls@uffs.edu.br).

Endereço 5 (Passo Fundo/RS): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Passo Fundo, Rod. Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP 99010-200, Passo Fundo – RS. Fone: (54) 3335-8544. Em caso de necessidade contatar o servidor Edson Comin, fone (54) 3335-8544

Endereço 6 (Realeza/PR): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza. Rua Edmundo Gaievski, S/N, próximo ao Bairro Nova Primavera, acesso pela Rodovia. PR 182, Km 466), CEP 85.770-000, Realeza-PR. Fone: (46) 3543-8359. Em caso de necessidade, contatar os servidores: Cleberson R. Israel (cleberson.israel@uffs.edu.br).

#### **4.3 Da qualificação do produto**

Os objetos foram descritos conforme as especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos mínimos de qualidade /compatibilidade. A indicação de marca e modelo na especificação, quando eventualmente utilizadas, servem como parâmetro de qualidade, admitida tão somente para facilitar a descrição do objeto a ser licitado e munir as empresas participantes da licitação com informações relativas ao padrão de qualidade mínimo almejado pela UFFS. Para todos os itens que apresentam a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, foram seguidas das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade” (Acórdão 2300 /2007 Plenário). Os produtos devem obedecer aos padrões de qualidade, normas de fabricação e devidos cadastros/registros conforme constará nas especificações técnicas de cada item.

#### **4.4 Da habilitação da empresa**

Não se aplica

#### **4.5 Da qualificação da empresa**

A contratada deverá seguir a legislação para comercialização dos produtos licitados. Os produtos deverão atender às especificações técnicas constantes no Termo de Referência. Os produtos devem obedecer aos padrões de qualidade, normas de fabricação e devidos cadastros/registros conforme consta nas especificações técnicas de cada item.

O transporte do cilindro com carga deverá ser realizado por veículo devidamente sinalizado e equipado conforme normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), bem como o condutor possuir curso do MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos).

#### **4.6 Da garantia do produto:**

Garantia quanto à integridade e funcionalidade das características técnicas dos produtos. Prazo conforme disposto no detalhamento técnico ou, em casos omissos, conforme código de defesa do consumidor. Salienta-se que tal garantia não requer formalização de contrato específico.

Os cilindros deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso conforme normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo vedada a entrega de CILINDROS com avarias, tais como ferrugem, amassados e vazamento ou qualquer outro defeito que diminua a segurança ou eficiência de sua utilização; Quando não atendida essa condição o fornecedor deverá providenciar a substituição do cilindro defeituoso sem ônus à UFFS.

Para os itens cujo descritivo apresenta menção a Laudo de Análise Química, justifica-se tal exigência em razão de que o laudo de análise química fornece a composição do gás e a presença ou não de contaminantes. Nas entregas efetivadas nos campi da UFFS até hoje, os fornecedores de gases entregam os cilindros etiquetados com essa informação. O laudo de análise química precisa estar explícito para que comprove o grau de pureza exigida em edital e não comprometa peças dos equipamentos da Central Analítica, e /ou a sua finalidade. A composição também pode ser confirmada juntamente a FISPQ que é fornecida de acordo com ABNT NBR 14725. A FISPQ fornece informações sobre vários aspectos de produtos químicos (substâncias ou misturas) quanto à proteção, à segurança, à saúde e ao meio ambiente. A FISPQ fornece, para esses aspectos, conhecimentos básicos sobre os produtos químicos, composição do gás e recomendações sobre medidas de proteção e ações em situação de emergência. Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

#### **4.7 Da amostra:**

Não será solicitada amostra.

#### **4.8 Do termo de contrato**

Para esta contratação, o Termo de Contrato poderá ser renovado ou prorrogado sucessivamente até 10 anos conforme disposto no artigo 107 da lei 14.133/2021.

#### **4.9 Da subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.10 Da margem de preferência**

Informamos que, na data de 23/10/2025, foi realizada consulta ao Anexo I da Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025, onde verificou-se que, para os itens constantes no Relatório x, NÃO HÁ previsão de aplicação do benefício da margem de preferência.

4.11 Do prazo de validade dos materiais

Os produtos deverão ser entregues com embalagens limpas e invioladas, com rótulos íntegros, acompanhados de bula e com, ao menos, 75% de seu período de validade restante. As embalagens deverão seguir as exigências da legislação vigente e as especificações supra estabelecidas e ainda trazer todos os dados de identificação, procedência, número do item. Todos os itens cabíveis deverão ter cadastro/registro e certificação no órgão competente.

4.12 Da qualificação econômica financeira

De acordo com a análise do vulto e complexidade da contratação, não será necessária a aplicação dos requisitos da qualificação econômica financeira, conforme estabelece art. 70, III da Lei nº 14.133, de 2021

4.13 Dos critérios de sustentabilidade

Em atenção às disposições do artigo 17, inciso II da Lei nº 6.938 de 1981, do Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013 e legislação correlata e conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 6ª Edição, setembro /2023, para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens constantes deste Termo de Referência deverão ser observadas as exigências de certificação ambiental. Os critérios de sustentabilidade serão anexados ao Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

a. Soluções disponíveis no mercado:

Descrição detalhada da solução		Valor estimado
Solução 1	Licitação por Pregão Tradicional	R\$ 52.834,65
	Compra Direta	
Solução 2		
Solução 3	Pesquisando as opções que o mercado oferece em substituição à solução 1, não foi possível identificar, até o presente momento, soluções alternativas compatíveis com a necessidade apresentada, que atendessem plenamente a demanda.	

O levantamento de mercado realizado foi feito primeiramente através da ferramenta “Sistema de Pesquisa de Preços” do Compras.gov.br buscando as contratações similares de outros órgãos, a partir do código CATMAT. Neste banco de dados foi possível visualizar preços, descritivos e as principais soluções de mercado utilizadas. Levando em conta que as aquisições públicas são realizadas por meio de licitações, foram consideradas aquisições públicas como referência.

5.2. Da exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação:

Em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015, após análise da solução disponível no mercado, a Equipe de Planejamento entende que a aplicação de exclusividade à licitação prejudica a competitividade e eficiência do certame.

Solicitamos que o edital da licitação não seja exclusivo para ME/EPP/COOP, pois o mercado é restrito para prestação de serviços referentes a gases especiais, sendo que no mercado nacional existem apenas quatro fabricantes aptos a atender à necessidade

institucional. Nos processos anteriores, deste tipo de aquisição, realizados pela UFFS, a participação na licitação foi feita pelas centrais fabricantes de gases (empresa matriz) e subdelegada entrega aos distribuidores locais, e essas matrizes não se enquadram no porte de empresa ME/EPP/COOP. Não obstante, estamos com a necessidade eminente de que o certame não seja frustrado, para que não haja interrupção das análises realizadas e planejadas com os equipamentos Cromatografia Gasosa-Espectrometria de Massas (GC-MS) e Espectrometria de Absorção Atômica (AAS), e por isso, queremos ampliar a concorrência, deixando a livre participação de empresas de quaisquer portes.

**5.2.1. A justificativa para não aplicação da regra de exclusividade de participação de fornecedor na condição de ME/EPP /COOP em licitação se fundamenta nos incisos I e II do artigo 10 do Decreto nº 8.538/2015.**

Baseando-nos nos inciso I e II do Art. 10 do Decreto Nº 8.538/15, não há três fornecedores locais ou regionais enquadrados como ME/EPP capazes de fornecer os produtos conforme especificações técnicas estabelecidas no Edital/Termo de referência e não é vantajoso para administração pública, e, portanto, a exclusividade diminuiria sobremaneira o número de empresas aptas a participar do certame, acarretando em itens frustrados. Salientamos que a maioria dos gases aqui demandados são de mercado restrito, fornecido por empresas especializadas e subdelegadas a distribuidores regionais. Desse modo, julgamos que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública e pode representar prejuízo, uma vez que os itens fracassados necessitarão serem republicados em um novo certame ou adquiridos via dispensa de licitação, prejudicando o andamento das atividades de pesquisa, graduação e extensão (inciso II, do Art. 10, do Decreto Nº 8.538/15).

**6. Descrição da solução como um todo**

**Da solução escolhida:** Solução nº 1.

Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida por esta equipe de planejamento e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é a licitação por pregão Tradicional, pelo fato de a mesma representar a solução tecnicamente mais viável e eficiente, tendo em vista o valor total do processo e a possibilidade de renovação de contrato.

**7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

O quantitativo da demanda foi estimado considerando o consumo anual de cada campus e o orçamento disponível e previsto para esse segmento de mercado.

Item	Código Contábil	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	3004003000012	CERRO LARGO/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), CILINDRO DE 25 KG	25	R\$ 40,15	R\$ 1.003,75
2	3004003000010	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8	9	R\$ 200,00	R\$ 1.800,00
3	3004003100041	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ARGÔNIO 5.0	20	R\$ 130,00	R\$ 2.600,00
4	3004003000009	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5	7	R\$ 130,00	R\$ 910,00

5	3004003000003	CERRO LARGO/RS - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)	16	R\$ 50,00	R\$ 800,00
6	3004003100005	CHAPECÓ/SC -CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8	8	R\$ 200,00	R\$ 1.600,00
7	3004003100014	ERECHIM/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), 2KG ENTREGA EM ERECHIM-RS	30	R\$ 40,15	R\$ 1.204,50
8	3004003100004	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8	16	R\$ 200,00	R\$ 3.200,00
9	3004003000014	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: AR SINTÉTICO 5.0	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
10	3004003100007	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5	14	R\$ 130,00	R\$ 1.820,00
11	3004003000017	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS NITROGÊNIO 5.0	10	R\$ 108,26	R\$ 1.082,60
12	3004003100003	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8	9	R\$ 216,70	R\$ 1.950,30
13	3004003100008	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: HÉLIO 5.0	9	R\$ 950,00	R\$ 8.550,00
14	3004003100006	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5	14	R\$ 130,00	R\$ 1.820,00
15	3004003000015	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE NITROGÊNIO GASOSO INDUSTRIAL (N2) - CAPACIDADE DE 10 M³	20	R\$ 66,00	R\$ 1.320,00
16	3004003100012	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)	63	R\$ 50,00	R\$ 3.150,00

17	3004003100040	PASSO FUNDO/RS - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
18	3004003100002	REALEZA/PR - CARGA DE NITROGÊNIO MEDICINAL	20	R\$ 56,60	R\$ 1.132,00
19	3004003100011	REALEZA/PR - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2)	350	R\$ 37,24	R\$ 13.034,00
20	3004003000006	REALEZA/PR - DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), USO MEDICINAL, 25KG	75	R\$ 46,10	R\$ 3.457,50

### 7.1 Memória de Cálculo:

Os quantitativos solicitados foram estimados em função do histórico de utilização e da previsão de uso desses gases para continuidade dos trabalhos nas centrais analíticas, demais equipamentos, cursos de área de saúde humana e animal, sedação de roedores utilizados em experimentação de pesquisa, também pensando no possível acréscimo de atividades e/ou novas demandas.

### 7.2. Da consulta ao almoxarifado:

A Equipe de Planejamento informa que para esse segmento de mercado NÃO há saldo do material pretendido no Almoxarifado da UFFS. As CAAEX não possuem almoxarifado ou sub-almoxarifado de materiais. A recarga de gases é solicitada quando o cilindro está quase seco e é dado saída como consumo imediato.

### 7.3. Da verificação de saldo em Ata de Registro de Preços:

A Equipe de Planejamento realizou no dia 25/06/2025, consulta das Atas de Registro de Preços vigentes na Instituição para o segmento e verificou que para atender o objeto deste estudo não há Ata de Registro de Preços vigente capaz de viabilizar o atendimento da necessidade institucional.

Há um termo aditivo (TA) vigente: TA 03/2025 contrato administrativo nº 16/2024 (período de vigência 01/02/2025 a 31/01/2026). Portanto, o novo contrato somente deverá ser assinado após o vencimento do contrato vigente.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 52.834,65

Conforme art. 72 e art. 150 da Lei 14.133/2021 e a IN SEGES/ME nº 65/2021, o valor total estimado para a aquisição do objeto pretendido pela Unidade Requisitante é de R\$ **52.834,65** (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais com sessenta e cinco centavos)

Para a definição do valor estimado da contratação foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média e mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços. Em atendimento ao inciso I do Art. 5º da IN SEGES/ME Nº 65/2021, para os itens cujos preços foram obtidos exclusivamente utilizando se o parâmetro I, foi utilizada a mediana dos preços, sempre que a mesma apresentou valor menor que a média, assim como para os itens cujas variações entre eles foram maiores do que 30%. São eles: Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica, uma vez que os itens desta demanda foram solicitados nas unidades de medida comercialmente comuns, ou seja, não há parcelamento de solução, bem como não há junção de itens em lote para adquirir solução única. Portanto, não há perda de escala ou interferência na competitividade.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A necessidade institucional do presente Estudo não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, pois os objetos estão ajustados aos protocolos, infraestrutura, equipamentos e mão de obra já existentes na Instituição.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição pretendida está prevista no PCA-2025, cujos números de identificação dos itens constantes no Plano serão indicados nas Requisições de Compras a serem enviadas no SIPAC: Módulo Compras e está alinhada com o seguinte objetivo estratégico do Plano de Ação Institucional da UFFS:

**Plano de Ação Institucional 32 - Complementar as estruturas dos laboratórios da UFFS**

**Nº do Projeto de Compra no PCA: 170/2025**

Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional
CCL036	Gestão dos insumos da CLAB do campus Cerro Largo
CCH004	Aquisição de Materiais de Consumo para os Laboratórios do campus Chapecó
CER004	Aquisição de materiais de consumo para os laboratórios do Campus Erechim
CER005	Aquisição de materiais de consumo para as Áreas Experimentais do Campus Erechim
CLS004	Aquisição de Materiais de Consumo para os Laboratórios Laranjeiras do Sul Material
CLS005	Aquisição de Materiais de Consumo para as Áreas Experimentais do Campus Laranjeiras do Sul
CPF012	Aquisição de materiais de consumo e gestão das atividades dos laboratórios do Campus Passo Fundo
CRE002	Gestão do Hospital Veterinário Material consumível para laboratório

**Número do DFD no PCA**

CAAEX LS - 415/2025

CAAEX ER - 414/2025

CLAB CL - 417/2025

CLAB CH - 416/2025

CLAB ER - 418/2025

CLAB LS - 419/2025

CLAB PF - 420/2025

SUHVU - 421/2025



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Por se tratar de materiais consumíveis, não há como prever em valores os ganhos que se almeja, mas o que se pretende é possibilitar aulas práticas de qualidade aos alunos dos diversos cursos de graduação e pós graduação da Instituição. Além das demandas de ensino, também serão supridas demandas de projetos de Pesquisa e de Extensão, em atendimento à completude da formação acadêmica e à demanda da comunidade regional.

A UFFS possui Hospital Veterinário Universitário, Clínica de Nutrição e mais de 200 laboratórios em funcionamento, distribuídos em seus seis campi, que precisam ser mantidos regularmente em funcionamento. Além de proporcionar a adequada utilização de equipamentos, funcionamento e manutenção das instalações, essa aquisição proporcionará o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, uma vez que os professores e técnicos desenvolverão atividades dentro de suas áreas de conhecimento e formação, contribuindo sobremaneira para as atividades acadêmicas e, conseqüentemente, para a formação adequada do profissional egresso da UFFS.

## 13. Providências a serem Adotadas

A contratação do objeto do presente estudo não prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será alocado o objeto ou de rotinas administrativas da Unidade Requisitante, tendo em vista que os laboratórios e áreas experimentais já estão em funcionamento, precisando de reabastecimento periódico. Além de que a aquisição destes itens será realizada por servidores e setores que já realizam essa atividade de forma rotineira, com expertise para realização do processo de aquisição, recebimento e fiscalização.

Não há providências a serem tomadas quanto à fiscalização, pois a Universidade possui servidores qualificados para receber e verificar a conformidade dos materiais recebidos frente às especificações técnicas exigidas no Edital/Termo de referência.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

A Equipe de Planejamento verificou que a aquisição desses itens de consumo não causará impacto ambiental, mesmo porque sua utilização é realizada de forma responsável, com acompanhamento técnico para evitar impactos ambientais. Salienta-se que os materiais (insumos) serão utilizados de acordo com a recomendação técnica e da legislação em casos específicos e desta forma não gerarão impactos ambientais não previstos.

Destaca-se ainda que a Universidade Federal da Fronteira Sul possui Planos de Gerenciamento de Resíduos de Laboratórios e Gerenciamento de Resíduos Sólidos implementados, ambos em consonância com as normas relacionadas, tais como ABNT NBR 10.004, RDC ANVISA 222/2018, Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), entre outras normas vigentes. Todo resíduo gerado é segregado e submetido ao tratamento adequado, realizado por empresa especializada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

De acordo com os itens descritos no Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação é viável e razoável, uma vez que estes insumos são essenciais para o funcionamento/manutenção das aulas práticas dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como atividades de extensão, pesquisa e trabalhos de conclusão de curso realizados nos campi da UFFS

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUSTAVO STEINMETZ**

Equipe de apoio

**GUSTAVO BLOEMER**

Equipe de apoio

**GUILHERMO ROMERO**

Equipe de apoio

**EVERTOM LICOVISKI**

Equipe de apoio

**EDSON COMIN**

Equipe de apoio

**LUCIANA PEREIRA MACHADO**

Equipe de apoio

**LIDIANE PIGATTO CELUPPI**

Equipe de apoio

**CLEBER HOLDERBAUM DA CRUZ**

Gestor Responsável pela Unidade

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 106/2025

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
106/2025	LIDIANE PIGATTO CELUPPI	17/10/2025 16:15
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de recargas de gases especiais, medicinais e industriais, destinadas ao atendimento das aulas práticas, atendimentos didáticos laboratoriais		

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Itens desertos ou fracassados durante o processo licitatório	Desinteresse do mercado em vender para órgãos públicos.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Inviabilidade de aquisição dos itens. A não aquisição dos itens pode comprometer diretamente a realização de aulas práticas, experimentos científicos e desenvolvimento de pesquisas, comprometendo diretamente a execução da atividade fim da Universidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Prospecção de fornecedores locais/regionais.			Responsáveis: EDSON COMIN, EVERTOM LICOVISKI, GUILHERMO ROMERO, GUSTAVO BLOEMER, GUSTAVO STEINMETZ, LUCIANA PEREIRA MACHADO		
Ações de Contingência						
C-01	Para o caso de itens frustrados e/ou fracassados, estudar em conjunto com requisitantes e Superintendência de compras e licitações qual a melhor alternativa para que a aquisição concretize-se. Refazer pesquisa de preços, republicar processo licitatório, compra direta ou adesão. Considerando valor da aquisição e a celeridade que a demanda necessita ser atendida			Responsável: LIDIANE PIGATTO CELUPPI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Indisponibilidade orçamentária	Intempestividade na disponibilidade orçamentária	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Impossibilidade de aquisição do bem, o que acarretaria prejuízo ao interesse público, à Administração e à comunidade universitária.					
Ações Preventivas						
P-01	Planejar a contratação dentro dos limites orçamentários disponibilizados para a unidade gestora	Responsáveis: GUILHERMO ROMERO, GUSTAVO BLOEMER, GUSTAVO STEINMETZ, LUCIANA PEREIRA MACHADO, EDSON COMIN, EVERTOM LICOVISKI				
Ações de Contingência						
C-01	Redimensionar a contratação para atender à necessidade da Administração com menor custo.			Responsável: LIDIANE PIGATTO CELUPPI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso ou não entrega dos bens adquiridos.	Descumprimento do prazo legal e demais obrigações da contratada previstos em Edital, para a entrega dos bens.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	A entrega em atraso ou não entrega dos bens pode comprometer ou impossibilitar a realização de aulas práticas, experimentos científicos e a realização de projetos de pesquisa, comprometendo diretamente a execução da atividade fim da Universidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhamento constante e atento dos prazos de entrega por parte dos fiscais de contrato, com notificações às empresas que passarem dos prazos estipulados em Edital sem a devida comunicação/justificativa prévia com a Universidade.			Responsáveis: EDSON COMIN, EVERTOM LICOVISKI, GUILHERMO		

						ROMERO, GUSTAVO BLOEMER, GUSTAVO STEINMETZ, LUCIANA PEREIRA MACHADO
P-02	Termo de referência com o prazo de entrega razoável e alinhado aos prazos praticados pelo mercado.				<b>Responsável:</b>	LIDIANE PIGATTO CELUPPI
<b>Ações de Contingência</b>						
C-01	Abertura de processo de apuração de irregularidades contratuais e penalização da empresa que descumprir os prazos de entrega ou deixar de entregar o bem, conforme as sanções previstas no Edital. A medida é de suma importância para que a legislação e o próprio Edital sejam cumpridos, além de educar as licitantes de modo que compreendam a importância das suas obrigações evitando reincidências e para que um novo processo de compras possa ser iniciado, conforme o caso.				<b>Responsáveis:</b>	EDSON COMIN, EVERTOM LICOVISKI, GUILHERMO ROMERO, GUSTAVO BLOEMER, GUSTAVO STEINMETZ, LUCIANA PEREIRA MACHADO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Contratação em quantidade insuficiente para atender a demanda anual	Planejamento de demanda mal elaborado.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não atendimento da demanda real da(s) unidade(s) requisitante(s).					
Ações Preventivas						
P-01	Revisão atenta da demanda antes de realizar as requisições.			Responsáveis: EDSON COMIN, EVERTOM LICOVISKI, GUILHERMO ROMERO, GUSTAVO BLOEMER, GUSTAVO STEINMETZ, LUCIANA PEREIRA MACHADO		
Ações de Contingência						
C-01	Instrução de novos processos de contratação (licitações, contratações diretas ou adesões).			Responsável: LIDIANE PIGATTO CELUPPI		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.



**F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 20/2025 - DMLAB (10.46.05.09)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 13/11/2025 12:12 )**

**CLEBER HOLDERBAUM DA CRUZ**

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SUGEP (10.46.05)

Matrícula: ###463#8

**(Assinado digitalmente em 13/11/2025 11:03 )**

**GUILHERMO ROMERO**

CHEFE - TITULAR

CLAB - ER (10.44.05.08)

Matrícula: ###932#1

**(Assinado digitalmente em 13/11/2025 20:21 )**

**GUSTAVO BLOEMER**

CHEFE - TITULAR

CLAB - CH (10.41.13.09)

Matrícula: ###892#3

**(Assinado digitalmente em 13/11/2025 15:04 )**

**GUSTAVO STEINMETZ**

CHEFE - TITULAR

CLAB-CL (10.38.04.05)

Matrícula: ###846#4

**(Assinado digitalmente em 13/11/2025 14:34 )**

**LIDIANE PIGATTO CELUPPI**

CHEFE - TITULAR

DCCLAB (10.46.05.09.01)

Matrícula: ###098#1

**(Assinado digitalmente em 13/11/2025 10:57 )**

**LUCIANA PEREIRA MACHADO**

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SUHVU - RE (10.40.12)

Matrícula: ###566#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **20**, ano: **2025**, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **13/11/2025** e o código de verificação: **cf775af0b6**